



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Diretoria de Administração

ATA DA 1ª REUNIÃO - 2020

COMISSÃO PERMANENTE DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO

Aos vinte e seis dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte às quatorze horas reuniu-se remotamente, por meio da plataforma *google meet*, a Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão (CPAI) do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região, presentes o Exmo. Desembargador Paulo Maurício Ribeiro Pires, Presidente da Comissão; o Secretário de Gestão Predial Dilson José Couto Filho; a servidora da Secretaria de Gestão Predial Louise Costa Ferreira Righi Rodrigues; a servidora da Secretaria de Engenharia, Gerusa Gontijo Guimarães; o servidor da Secretaria de Desenvolvimento de Pessoas Marcus Vinícius Viana; a Servidora da Secretaria de Saúde Fernanda Freire Fonseca; a Chefe da Seção de Gestão Sustentável, Júnia Paula Fernandes de Oliveira; a servidora da Seção de Gestão Sustentável, Andreia da Silva Rosa. Júnia iniciou a reunião agradecendo a presença de todos e, em especial, à Gerusa, que se encontra em período de férias, e Dilson e Louise, que se encontram em viagem para acompanhamento de obras que estão sendo realizadas pelo TRT em Conselheiro Lafaiete. Após, passou a realizar um breve resumo dos instrumentos legais que regulamentam a CPAI, sendo eles: a Resolução CNJ 230/2016; a Política Nacional de Responsabilidade Socioambiental da Justiça do Trabalho; a Política de Responsabilidade Socioambiental do TRT3; a Portaria GP nº 418/2016, modificada pela Portaria GP nº 380/2019 e a recente Resolução GP N. 148 de 06 de agosto de 2020. Resumiu, também, as atribuições da CPAI. Júnia passou, então, a resumir as questões tratadas nas reuniões anteriores. Dilson e Louise esclareceram que a demanda do Ministério Público relacionada a adequações de acessibilidade na unidades da Justiça do Trabalho em Juiz de Fora já está sanada, enquanto aquela referente a Cataguases está em vias de ser concluída, ainda na presente semana. Júnia questionou, também, sobre a rescisão do contrato para a construção de elevadores acessíveis em São João Del Rei e Barbacena, ao que Dilson informou que as obras seguem paradas e Gerusa informou que o contrato estava sendo rescindido pela Engenharia, mas não sabe afirmar se o processo de rescisão foi concluído. Sobre o problema de Monte Azul, Dilson informou que a maioria das adequações necessárias já estão concluídas ou em andamento, mas será preciso realizar uma contratação específica para a construção de uma plataforma na entrada do prédio. Sobre Ponte Nova, informou que os banheiros precisam apenas de algumas pequenas adequações devido a mudanças nas normas de acessibilidade. Em relação a Ituiutaba, Dilson e Gerusa informaram que parte do problema foi resolvido devido a uma mudança de sede, mas que ainda é necessário construir banheiros acessíveis. O Dr. Paulo Maurício lembrou o caso de Guanhões, que possui diversas demandas de acessibilidade, sobretudo a construção de elevadores, uma vez que a unidade da Justiça do Trabalho funciona no segundo andar do prédio, pertencente ao Banco do Brasil. Dilson esclareceu que não é possível construir elevadores no referido prédio, diante de impossibilidades técnicas, inclusive de espaço. Gerusa esclareceu que o caso segue sem

solução e que a Secretaria de Engenharia visitou aproximadamente sete outros imóveis, na tentativa de mudança da sede, mas que não foi possível localizar nenhum imóvel adequado à Justiça do Trabalho. Andreia levantou a possibilidade de ser realizada uma comunicação formal, em nome da CPAI, à servidora da VT de Guanhães que está há alguns anos em regime de teletrabalho devido à ausência de acessibilidade, contendo esclarecimentos sobre as tentativas de resolução do problema, além de um pedido de desculpas pela situação. Concordando com tal comunicação, o Dr. Paulo Maurício acrescentou a necessidade de ser realizada, também, uma comunicação ao Desembargador Presidente do TRT3, Dr. José Murilo de Moraes, acerca dos problemas de acessibilidade em Guanhães e da não possibilidade de solução, até o presente momento, diante das dificuldades encontradas no próprio município. Marcus esclareceu que o nome da servidora é Margô Pimenta e que a situação de teletrabalho da mesma já é antiga. Fernanda sugeriu que, além dos esclarecimentos e retratações, na comunicação à Margô constasse também informações sobre o regime de teletrabalho e sobre uma possível formalização desta modalidade de trabalho, com apoio e incentivo da CPAI, caso fosse de interesse da servidora, inclusive para fins de segurança jurídica. Finalizadas as discussões sobre Guanhães, Dilson esclareceu que há projeto de adaptação de banheiros acessíveis em Itajubá, embora seja necessário aguardar uma troca de piso. A pedido de Júnia, Dilson acrescentou que irá fornecer o cronograma de todas as adequações de acessibilidade aos membros da CPAI. O Dr. Paulo Maurício lembrou o problema observado nas secretarias de Engenharia e de Gestão Predial, referente ao pequeno número de servidores e grande volume de trabalho. Júnia destacou que esse quadro segue e ainda foi agravado no presente ano, com as novas demandas de projetos, reformas e manutenções para possibilitar as mudanças de sede na capital. Também destacou que, por esse motivo, as servidoras da Seção de Gestão Sustentável têm auxiliado em alguns processos de aquisições para possibilitar as referidas mudanças de sede. Dilson salientou que a Gestão Predial atua em diversas frentes, tanto na capital quanto no interior, listando outras cidades que estão em projeto de melhoria de acessibilidade, como: Unaí, com a reforma de banheiros; Itaúna, com instalação de piso tátil e rampa; Teófilo Otoni, também com adequação dos banheiros para o padrão acessível; Patrocínio, com o prédio sendo 100% acessível; São Sebastião do Paraíso, com demanda de rampa acessível, ainda não iniciada; Pará de Minas; Alfenas, com ajustes menores nos banheiros; Januária, com banheiros e rampas 100% acessíveis; Contagem, com um projeto grande de construção de banheiros acessíveis. Diante das informações, o Dr. Paulo Maurício sugeriu que fosse elaborado um outro documento de informação ao Desembargador Presidente do Tribunal, destacando a necessidade de servidores especializados para as duas Secretarias, a fim de suprir a grande demanda de trabalho, com a especificação da quantidade necessária. Júnia finalizou os tópicos sobre acessibilidade física citando a Meta nº7 do Plano de Metas da Administração para o biênio 2020/2021, que objetiva zerar o déficit de acessibilidade física nos imóveis próprios do Tribunal, na capital e no interior. Dilson esclareceu que todas as obras citadas anteriormente estão sendo realizadas em imóveis próprios. Continuando a reunião, Júnia destacou a importância de se realizar um levantamento dos servidores que serão deslocados para os edifícios da Curitiba e da Goitacazes, a fim de verificar se existem servidores com deficiência a serem relocados e se suas necessidades estão sendo prontamente atendidas. Marcus afirmou que possui uma planilha, junto à Seção de Apoio Social ao Trabalho, na qual há a lista de servidores com deficiência. Frisou, no entanto, a necessidade de inclusão nessa planilha de alguns dados atualizados pela Secretaria de Saúde, por exemplo referente a servidores que não entraram no Tribunal como pessoa com deficiência mas se tornaram depois, ou que passaram a integrar o corpo funcional por meio de redistribuição, remoção. Sugeriu, assim, que futuramente seja feito

um censo, por parte da Comissão, para possibilitar um levantamento real dos membros do corpo funcional que são pessoas com deficiência. Marcus esclareceu, ainda, que é feito um acompanhamento dos servidores que ingressam no Tribunal por meio de concurso, como pessoa com deficiência. Esse acompanhamento é feito durante os primeiros 90 dias e, decorrido esse prazo, a Seção de Apoio Social ao Trabalho continua à disposição dos servidores, para auxiliar no que precisarem. O Dr. Paulo Maurício questionou sobre a disponibilidade de atendimento da referida Seção ao público interno geral do Tribunal, e sobre a divulgação desse atendimento. Marcus esclareceu que a Seção atende a todos, pessoas com deficiência ou não, e que essa informação consta na página da Secretaria de Desenvolvimento de Pessoas. Fernanda acrescentou que há uma dificuldade de comunicação generalizada no Órgão, sendo difícil conseguir que as informações alcancem todos os servidores, posto que muitos nem mesmo acessam a intranet ou o e-mail institucional. Após citar alguns exemplos de dificuldade de comunicação, a Comissão decidiu que acionaria a Secretaria de Comunicação do Tribunal, a fim de realizar uma campanha de divulgação de informações voltadas à acessibilidade. Tal campanha será pedida para o fim do ano, no dia 03/12/2020, no qual se comemora o Dia Internacional da Pessoa com Deficiência. Na referida campanha, serão divulgadas informações como: locais e formas de atendimento às pessoas com deficiência; adequações relativas à acessibilidade dos sistemas eletrônicos; cartilha sobre como tratar as pessoas com deficiência, elaborada pela Secretaria de Desenvolvimento de Pessoas. Ademais, será solicitada a produção de vídeos mostrando o trabalho de alguns servidores com deficiência. O Dr. Paulo Maurício frisou, por fim, a necessidade de divulgação de notícias sobre as adequações de acessibilidade que vêm sendo realizadas. Júnia seguiu levantando as questões previstas na revisão do Plano de Logística Sustentável (PLS) do Tribunal, relativas à acessibilidade. Destacou a proposta de realização de tradução em Língua Brasileira de Sinais (Libras) nos eventos e palestras do Regional, com a divulgação dessa ação para o público externo, bem como a necessidade de capacitar no mínimo 5% do corpo funcional na referida Língua. Andreia frisou a necessidade de medir a capacitação do corpo funcional, uma vez que a Libras é uma língua diferente e, dessa forma, é necessário que as pessoas entrem em contato com ela periodicamente, para não haver esquecimento. Marcus destacou essa importância de periodicidade, sendo semelhante a qualquer outro idioma, de modo que a realização de um curso isolada não torna a pessoa fluente. Andreia sugeriu que a Comissão pensasse, em conjunto, formas de mensurar a capacitação do corpo funcional e formas de incentivar que os servidores se atualizassem na Libras, após a realização de cursos. Fernanda sugeriu que o curso de Libras entrasse nas trilhas de desenvolvimento e capacitação dos gestores, de modo que o contato periódico seria obrigatório. Para tanto, sugeriu que fosse verificado, junto à Secretaria de Desenvolvimento de Pessoas, Seção de Gestão por Competências, se a capacitação em Libras poderia ser considerada em alguma das competências gerenciais já estabelecidas, como forma de comunicação com o público interno e externo. Marcus sugeriu, também, que fosse formalizada alguma forma de cooperação técnica com algum Órgão, ou uma forma de cadastramento de intérpretes em Libras, da mesma forma que são cadastrados peritos. O Dr. Paulo Maurício acrescentou, sugerindo a verificação da possibilidade de formalização de convênio para a prestação do serviço de tradução para Libras. Júnia deu seguimento à reunião, tratando sobre a proposta de ação constante no PLS referente ao treinamento dos agentes de segurança para o atendimento de pessoas com deficiência. Fernanda informou que para esses agentes existe uma previsão de capacitação na Escola Judicial, mas não sabe ao certo a situação atual. Dr. Paulo Maurício, ao final reiterou a necessidade de comunicação das atividades relacionadas à Comissão de Acessibilidade, como a realização das obras de acessibilidade, que estão avançadas e precisam ser

divulgadas. Marcus noticiou o Projeto Inclusão em gotas, que visa trazer situações de inclusão, não só no âmbito interno mas para a sociedade como um todo, as situações de direito para as pessoas com deficiência como isenções fiscais, passe livre nos transportes municipais e intermunicipais, etc, utilizando os meios de comunicação disponibilizados pelo Tribunal. Para finalizar, Júnia tratou da questão de adequação da nova norma do TRT3, a Portaria GP 144/2020, que institui a Política de Governança dos Colegiados Temáticos do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, que tem a previsão de alteração da nomenclatura e composição da atual Comissão. Informou a realização do webinar no dia seguinte, onde todas as questões afetas à nova norma serão tratadas. Andreia lembrou da aposentadoria de alguns membros da Comissão e da necessidade de convocação de novos representantes. Nada mais a deliberar, encerrou-se a reunião. Para constar, eu, Andreia da Silva Rosa, servidora da Seção de Gestão Sustentável da Diretoria de Administração, lavrei a presente ata, que segue com o “de acordo” dos participantes e membros da Comissão.

Desembargador Paulo Maurício Ribeiro Pires – Presidente

Andreia Rosa da Silva – Seção de Gestão Sustentável

Dilson José Couto Filho – Secretário da Secretaria de Gestão Predial

Fernanda Freire Fonseca – Secretaria de Saúde

Gerusa Gontijo Guimarães – Secretaria de Engenharia

Júnia Paula Fernandes de Oliveira – Chefe da Seção de Gestão Sustentável

Marcus Vinicius Viana – Secretaria de Desenvolvimento de Pessoas

Louise Costa Ferreira Righi Rodrigues – Secretaria de Gestão Predial